



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 2

REUNIÃO ARQUEAÇÃO DE SILOS

Data: 23 de outubro de 2013

Local: Fortaleza – CE

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

André Vinicius Fofano (Cored)

Assuntos Tratados

Omer Pohlmann (Coordenador Geral da RBMLQ-I) fez a apresentação inicial e em seguida passou a palavra para Clodoaldo José Ferreira (Diretor Presidente do IPEM-MT) que fez uma contextualização da arqueação de silos efetuadas no estado do Mato Grosso.

Apresentou os resultados das atividades efetuadas pelo IPEM-MT e manifestou sua preocupação em relação a manutenção da atividade, que foi suspensa no final de agosto/2013. Inclusive mencionou que a Portaria Estadual que dá suporte a atividade encontra-se suspensa.

Alfredo Lobo (Diretor da Dconf) relatou que o programa de certificação de unidades de abastecimento foi um programa elaborado por demanda do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) com o objetivo de melhorar as condições de abastecimento e a redução de perdas. Menciona também que a atuação do Inmetro na questão da certificação de unidades de abastecimento se dá de forma complementar já que o Inmetro não é o órgão regulamentador neste caso. Comenta também que o assunto foi enviado ao MAPA, tendo o mesmo se manifestado contrário a incorporação da obrigatoriedade da arqueação de silos no programa de certificação, apesar de acharem que a arqueação dos silos deva ser continuada.

Luiz Carlos (Diretor da Dimel) faz um histórico da atividade de arqueação de tanques.

Mauricio Evangelista (Chefe da Dimel/Disem) cita que a arqueação de tanques é uma atividade que apesar de regulamentada é uma atividade demandada, ou seja, o regulamento apenas estabelece os requisitos, o regulamento não cria a obrigatoriedade de arqueação.

Omer comentou que a demanda por arqueação deve ser definida por solicitação do interessado e não pelo Inmetro.

Assuntos Tratados

Página 2 de 2

Luiz Carlos acrescentou que no caso específico do Mato Grosso a Portaria Estadual que estava em vigor era a exigência legal que dava suporte a execução da atividade.

Wilibaldo de Sousa Jr. (Superintendente da SUR-GO) comentou a respeito das tentativas efetuadas junto a CONAB e Secretaria de Fazenda, em ambos os casos não houve interesse dos órgãos em tornar a arqueação de silos compulsória.

Luiz Carlos comentou que há interesse na questão, no entanto, o fato é que a ausência de compulsoriedade é limitador para a realização da atividade.

Próxima Reunião:

Data: Não definida

Local: Não definido